

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA/ES - GUARDA MUNICIPAL

Respostas aos recursos contra o gabarito preliminar oficial da Prova Objetiva

Página 1 de 9

Cargo: M01 - GUARDA MUNICIPAL I

Disciplina: CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
32 - X / 34 - Y / 43 - Z	<p>“(…) a Administração pode tomar, <i>sponte sua</i>, as providências que modifiquem imediatamente a ordem jurídica, impondo desde logo obrigações aos particulares, com vistas ao interesse coletivo. Pelo objetivo que a inspira, não pode ficar a Administração à mercê do consentimento dos particulares. Ao revés, cumpre-lhe agir de imediato. A prerrogativa de praticar atos e colocá-los em imediata execução, sem dependência à manifestação judicial, é que representa a autoexecutoriedade (…)”.</p> <p>(CARVALHO FILHO, José dos Santos. <i>Manual de Direito Administrativo</i>. 31ª ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Gen/Atlas, 2017. p. 89), ou qualquer outro manual de direito administrativo sobre o tema.</p> <p>Vale lembrar que a presunção de legitimidade é relativa, e não absoluta, como coloca a letra A.</p> <p>Outrossim, as demais alternativas trazem ELEMENTOS do ato administrativo, o que não é objeto da questão, a qual cobra o ATRIBUTO (CARACTERÍSTICA) do ato, chamada autoexecutoriedade.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO
33 - X / 45 - Y / 59 - Z	<p>“Caducidade aqui significa a perda de efeitos jurídicos em virtude de norma jurídica superveniente contrária àquela que respaldava a prática do ato. O ato, que passa a ficar em antagonismo com a nova norma, extingue-se”.</p> <p>(CARVALHO FILHO, José dos Santos. <i>Manual de Direito Administrativo</i>. 31ª ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Gen/Atlas, 2017. p. 126), ou qualquer outro manual de direito administrativo sobre o tema.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO
34 - X / 42 - Y / 47 - Z	<p>“VINCULAÇÃO E DISCRICIONARIEDADE</p> <p>Quando o agente administrativo está ligado à lei por um elo de vinculação, seus atos não podem refugir aos parâmetros por ela traçados. O motivo e o objeto do ato já constituirão elementos que o legislador quis expressar. Sendo assim, o agente não disporá de nenhum poder de valoração quanto a tais elementos, limitando-se a reproduzi-los no próprio ato. A conclusão, dessa maneira, é a de que não se pode falar</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA/ES - GUARDA MUNICIPAL

Respostas aos recursos contra o gabarito preliminar oficial da Prova Objetiva

Página 2 de 9

em mérito administrativo em se tratando de ato vinculado.
O contrário se passa quanto aos atos discricionários. Nestes se defere ao agente o poder de valorar os fatores constitutivos do motivo e do objeto, apreciando a conveniência e a oportunidade da conduta. Como o sentido de mérito administrativo importa essa valoração, outra não pode ser a conclusão senão a de que tal figura só pode estar presente nos atos discricionários”.
(CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 31ª ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Gen/Atlas, 2017. p. 111), ou qualquer outro manual de direito administrativo sobre o tema.

Por fim, não procede a informação de que havia alguma alternativa da questão em negrito, conforme se verifica nas provas disponíveis no site do IBADE. A capa da prova orienta que o candidato deve verificar se o material está em ordem, caso contrário, este deve notificar o fiscal, imediatamente.

35 - X / 51 - Y / 38 - Z

Os cemitérios públicos qualificam-se como *bens de uso especial*, vez que nas áreas públicas onde se situam há a prestação específica de um serviço de interesse público. Há, contudo, alguma controvérsia sobre a caracterização: alguns autores, considerando que a eles podem ter acesso todas as pessoas de modo geral, os classificam de bens de uso comum do povo. *Trata-se, com efeito, de bens de uso especial: o fato de bens dessa modalidade admitirem, em certas situações, o livre trânsito de pessoas não os descaracteriza como tais; o que neles prevalece é o serviço público a que se destinam, isto é, sua afetação a fim específico.*
(CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 31ª ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Gen/Atlas, 2017. p. 670), ou qualquer outro manual de direito administrativo sobre o tema.

Vale dizer que o estudo do Direito Administrativo, tratando-se de Noções ou de estudo mais aprofundado, exige conhecimento da matéria, o qual é ensinado por diversos autores (doutrinadores) *experts* no assunto. O nível das questões respeita o conteúdo programático editalício, sempre atento também à ampla e acirrada concorrência no concurso, criando-se questões de nível fácil, médio e difícil.

Ademais, a questão não trata do direito de sepultura, mas sim da natureza jurídica dos cemitérios públicos, bens públicos que o são.

Por fim, a questão não entra no mérito sobre se os cemitérios são públicos ou privados, já partindo da premissa de que sejam públicos, conforme se extrai do próprio enunciado da questão, que inicia assim “Sobre cemitérios públicos (...)”. Assim, a questão exige do candidato conhecimento acerca da natureza jurídica do bem público “cemitério”.

INDEFERIDO

GABARITO MANTIDO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA/ES - GUARDA MUNICIPAL

Respostas aos recursos contra o gabarito preliminar oficial da Prova Objetiva

Página 3 de 9

<p>36 - X / 32 - Y / 57 - Z</p>	<p>“A Polícia Administrativa é atividade da Administração que se exaure em si mesma, ou seja, inicia e se completa no âmbito da função administrativa. O mesmo não ocorre com a Polícia Judiciária, que, embora seja atividade administrativa, prepara a atuação da função jurisdicional penal, o que a faz regulada pelo Código de Processo Penal (arts. 4^º ss) e executada por órgãos de segurança (polícia civil ou militar), ao passo que a Polícia Administrativa o é por órgãos administrativos de caráter mais fiscalizador.</p> <p>Outra diferença reside na circunstância de que a Polícia Administrativa incide basicamente sobre atividades dos indivíduos, enquanto a polícia judiciária preordena-se ao indivíduo em si, ou seja, aquele a quem se atribui o cometimento de ilícito penal.</p> <p>(...)</p> <p>Por pretender evitar a ocorrência de comportamentos nocivos à coletividade, reveste-se a Polícia Administrativa de caráter eminentemente preventivo: pretende a Administração que o dano social sequer chegue a consumir-se. Já a Polícia Judiciária tem natureza predominantemente repressiva, eis que se destina à responsabilização penal do indivíduo”.</p> <p>(CARVALHO FILHO, José dos Santos. <i>Manual de Direito Administrativo</i>. 31^a ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Gen/Atlas, 2017. p. 86/87), ou qualquer outro manual de direito administrativo sobre o tema.</p> <p>Ademais, a questão traz exemplos de Órgãos de Segurança Pública (Polícias Civil e Militar). Não assevera que os órgãos de Polícia judiciária sejam esses, estando a correta a interpretação do texto a cargo do candidato. Outrossim, o que a questão cobra é o conhecimento da Polícia Administrativa, sendo a prova sobre Noções de Direito Administrativo, devendo o candidato atentar-se às alternativas na questão e escolher a correta.</p>	<p>INDEFERIDO</p>	<p>GABARITO MANTIDO</p>
<p>37 - X / 44 - Y / 32 - Z</p>	<p>Como todas as categorias de pessoas jurídicas integrantes da Administração Indireta, as autarquias têm sua própria fisionomia, apresentando algumas particularidades que as distinguem das demais. Basicamente, são elementos necessários à conceituação das autarquias os relativos à personalidade jurídica, à forma de instituição e ao objeto, os quais, pelo fato mesmo de integrarem o conceito, serão analisados adiante em separado.</p> <p>À luz desses elementos, pode-se conceituar autarquia como a pessoa jurídica de direito público, integrante da Administração Indireta, criada por lei para desempenhar funções que, despidas de caráter econômico, sejam próprias e típicas do Estado.</p> <p>(CARVALHO FILHO, José dos Santos. <i>Manual de Direito Administrativo</i>. 31^a ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Gen/Atlas, 2017. p. 315-316), ou qualquer outro manual de direito administrativo sobre o tema.</p>	<p>INDEFERIDO</p>	<p>GABARITO MANTIDO</p>

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA/ES - GUARDA MUNICIPAL

Respostas aos recursos contra o gabarito preliminar oficial da Prova Objetiva

Página 4 de 9

	Frise-se que a Autarquia é CRIADA por lei, enquanto a Empresa Pública é AUTORIZADA a sua instituição por lei.		
39 - X / 36 - Y / 46 - Z	Constituição Federal Art. 5º - XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO
40 - X / 58 - Y / 39 - Z	Constituição Federal Art. 12 - § 3º São privativos de brasileiros natos os cargos: I - de Presidente e Vice-Presidente da República; II - de Presidente da Câmara dos Deputados; III - de Presidente do Senado Federal; IV - de Ministro do Supremo Tribunal Federal; V - da carreira diplomática; VI - de oficial das Forças Armadas; VII - de Ministro de Estado da Defesa.	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO
41 - X / 46 - Y / 51 - Z	Constituição Federal Art. 18, § 4º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei. Vale dizer que a questão exige conhecimento sobre o que prevê o texto constitucional sobre o assunto.	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO
42 - X / 43 - Y / 34 - Z	Constituição Federal Art. 37, III - o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período; Vale dizer que a questão exige conhecimento sobre o que prevê o texto constitucional sobre o assunto.	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO
46 - X / 41 - Y / 35 - Z	Código Penal Brasileiro	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA/ES - GUARDA MUNICIPAL

Respostas aos recursos contra o gabarito preliminar oficial da Prova Objetiva

Página 5 de 9

	<p style="text-align: center;">CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES GERAIS (...)</p> <p>Aumento de pena Art. 226. A pena é aumentada: (...) IV - de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços), se o crime é praticado: Estupro coletivo a) mediante concurso de 2 (dois) ou mais agentes Estupro corretivo b) para controlar o comportamento social ou sexual da vítima. (Incluído pela Lei nº 13.718, de 2018)</p> <p>Vale lembrar que o texto do Código Penal foi recentemente alterado pela Lei 13.718/2018, conforme disposto acima.</p> <p>Ademais, o art. 226 refere-se às Disposições gerais dos crimes contra a Dignidade sexual, entre os quais se inclui o delito de Estupro (art. 213) citado na questão.</p>		
47 - X / 35 - Y / 52 - Z	<p>Código Penal Brasileiro</p> <p style="text-align: center;">TÍTULO XI DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (...)</p> <p>Corrupção passiva Art. 317 - Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem: Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO
48 - X / 56 - Y / 53 - Z	<p><i>“A segunda geração de direitos humanos representa a modificação do papel do Estado, exigindo-lhe um vigoroso papel ativo, além do mero fiscal das regras jurídicas. Esse papel ativo, embora indispensável para proteger os direitos de primeira geração, era visto anteriormente com desconfiança, por ser considerado uma ameaça aos direitos do indivíduo. Contudo, sob a influência das doutrinas socialistas, constatou-se que a inserção formal de liberdade e igualdade em declarações de direitos não garantiam a sua efetiva concretização, o que gerou movimentos sociais de reivindicação de um papel ativo do Estado para assegurar uma condição material mínima de sobrevivência. Os direitos sociais são também titularizados pelo indivíduo e oponíveis ao Estado. São</i></p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA/ES - GUARDA MUNICIPAL

Respostas aos recursos contra o gabarito preliminar oficial da Prova Objetiva

Página 6 de 9

	<p>reconhecidos o direito à saúde, educação, previdência social, habitação, entre outros, que demandam prestações positivas do Estado para seu atendimento e são denominados <i>direitos de igualdade</i> por garantirem, justamente às camadas mais miseráveis da sociedade, a concretização das liberdades abstratas reconhecidas nas primeiras declarações de direitos”.</p> <p>(RAMOS, André de Carvalho. <i>Curso de Direitos Humanos</i>. 4ª ed. Saraiva: São Paulo, 2016. p. 54)</p>		
49 - X / 48 - Y / 55 - Z	<p>Decreto 8858/2016</p> <p>Art. 2º É permitido o emprego de algemas apenas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, causado pelo preso ou por terceiros, justificada a sua excepcionalidade por escrito.</p> <p>Art. 3º É vedado emprego de algemas em mulheres presas em qualquer unidade do sistema penitenciário nacional durante o trabalho de parto, no trajeto da parturiente entre a unidade prisional e a unidade hospitalar e após o parto, durante o período em que se encontrar hospitalizada.</p> <p>Súmula Vinculante 11 - STF</p> <p>Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.</p> <p>Frise-se que o conteúdo cobrado na questão consta do edital, no tópico: “Uso de algemas e legislação correlata”.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO
50 - X / 47 - Y / 60 - Z	<p>Convenção Americana de Direitos Humanos (“Pacto de San José da Costa Rica”)</p> <p>Artigo 8º, item 2:</p> <p>(...)</p> <p>d) direito do acusado de defender-se pessoalmente ou de ser assistido por um defensor de sua escolha e de comunicar-se, livremente e em particular, com seu defensor;</p> <p>(...)</p> <p>g) direito de não ser obrigado a depor contra si mesma, nem a declarar-se culpada;</p> <p>Artigo 8º, item 3: A confissão do acusado só é válida se feita sem coação de nenhuma natureza.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA/ES - GUARDA MUNICIPAL

Respostas aos recursos contra o gabarito preliminar oficial da Prova Objetiva

Página 7 de 9

	<p>Artigo 5º, item 2: Ninguém deve ser submetido a torturas, nem a penas ou tratos cruéis, desumanos ou degradantes. Toda pessoa privada da liberdade deve ser tratada com o respeito devido à dignidade inerente ao ser humano.</p>		
54 - X / 31 - Y / 33 - Z	<p>Estatuto Geral das Guardas Municipais (Lei 13.022/2014) Art. 5º São competências específicas das guardas municipais, respeitadas as competências dos órgãos federais e estaduais: I - zelar pelos bens, equipamentos e prédios públicos do Município; (...) XIV - encaminhar ao delegado de polícia, diante de flagrante delito, o autor da infração, preservando o local do crime, quando possível e sempre que necessário; (...)</p> <p>Constituição Federal Art. 144, § 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: (...) IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.</p> <p>Vale dizer que o enunciado exige que o candidato marque a alternativa que responda APENAS: I, II, III. Portanto, a única resposta é a que indica estarem corretas APENAS as alternativas II e III.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO
55 - X / 49 - Y / 45 - Z	<p>Estatuto Geral das Guardas Municipais (Lei 13.022/2014) Art. 21. As guardas municipais utilizarão uniforme e equipamentos padronizados, preferencialmente, na cor azul-marinho.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO
57 - X / 54 - Y / 40 - Z	<p>Lei 8069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente. Art. 136. São atribuições do Conselho Tutelar: (...) III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto: a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança; (...)</p> <p>Cumprir esclarecer que a questão não exige do candidato que decore exatamente o que prevê a legislação, mas sim que ele compreenda o seu conteúdo e aplique na prática, de modo a conseguir responder a questão. Assim, não é porque está escrito na lei que o</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA/ES - GUARDA MUNICIPAL

Respostas aos recursos contra o gabarito preliminar oficial da Prova Objetiva

Página 8 de 9

	Conselho tutelar pode requisitar serviços públicos de outras áreas (saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho) que está errado dizer que pode requisitar esses serviços na área de segurança, sendo que a lei assim permite.		
58 - X / 38 - Y / 42 - Z	<p>Lei 10.826/2003 - Estatuto do Desarmamento. Art. 6º É proibido o porte de arma de fogo em todo o território nacional, salvo para os casos previstos em legislação própria e para: (...) III – os integrantes das guardas municipais das capitais dos Estados e dos Municípios com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, nas condições estabelecidas no regulamento desta Lei. (...)</p> <p>Cumpram esclarecer que a questão não exige do candidato que decore exatamente o que prevê a legislação, mas sim que ele compreenda o seu conteúdo e aplique na prática, de modo a conseguir responder a questão. Assim, não é porque está escrito na lei que “os integrantes das guardas municipais das capitais dos Estados e dos Municípios com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, nas condições estabelecidas no regulamento desta Lei”, que é errado dizer que os guardas das capitais de estados terão direito ao porte de arma, como está escrito na questão.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO
59 - X / 53 - Y / 49 - Z	<p>Estatuto do Servidor Público do Município de Cariacica (Lei complementar nº 29/2010) Art. 188. A demissão, apurada em processo administrativo disciplinar, será aplicada nos seguintes casos: (...) IV - improbidade administrativa; (...)</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO
60 - X / 40 - Y / 41 - Z	<p>Lei 13.675/2018 Art. 9º É instituído o Sistema Único de Segurança Pública (Susp), que tem como órgão central o Ministério Extraordinário da Segurança Pública e é integrado pelos órgãos de que trata o art. 144 da Constituição Federal, pelos agentes penitenciários, pelas guardas municipais e pelos demais integrantes estratégicos e operacionais, que atuarão nos limites de suas competências, de forma cooperativa, sistêmica e harmônica. (...) § 2º São integrantes operacionais do Susp: (...)</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA/ES - GUARDA MUNICIPAL
Respostas aos recursos contra o gabarito preliminar oficial da Prova Objetiva

Página 9 de 9

	VII - guardas municipais; (...)		
--	------------------------------------	--	--